



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE ABERTURA DE  
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO  
POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS PARCEIROS DE DESENVOLVIMENTO  
DE TIMOR-LESTE DE 2015**

**Díli  
6 de Junho de 2015**

Senhora Ministra do Planeamento e Cooperação Internacional da República Centro-Africana  
Distintos Deputados

Senhor Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico

Caros colegas membros do Governo

Senhores membros do Corpo Diplomático

Senhoras e Senhores Embaixadores de Timor-Leste

Delegados do g7+

Membros da Sociedade Civil

Diretores e Funcionários Públicos

Senhoras e senhores,

É um grande privilégio discursar pela primeira vez na Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento na qualidade de Primeiro-Ministro de Timor-Leste.

Esta reunião tem uma tradição distinta de nos juntar com os nossos amigos internacionais para mapear o nosso desenvolvimento nacional.

Constitui, igualmente, uma oportunidade para agradecermos à comunidade internacional o apoio prestado e para partilharmos com ela as nossas prioridades e a nossa visão para o futuro.

Infelizmente esta Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento ocorre poucos dias depois do falecimento de um herói nacional, o Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação, Fernando La Sama de Araújo.

La Sama combateu com coragem pela libertação do povo e liderou os jovens e os estudantes aquando da nossa luta de resistência. Passou anos na prisão durante o período da ocupação, nos quais continuou a lutar pela nossa causa. Após a independência, La Sama liderou o Partido Democrático e serviu a nossa nação na qualidade de Presidente do Parlamento, de Vice-Primeiro-Ministro e, já neste Governo, de Ministro Coordenador.

Apesar da grande contribuição que prestou para o nosso país, La Sama continuou sempre a ser um homem humilde e bondoso. Era respeitado e estimado por todos. O seu falecimento deixa Timor-Leste mais pobre e deixa uma grande saudade entre os timorenses.

Numa altura em que a nossa nação está de luto por um grande homem que nos deixou, gostaria de agradecer à comunidade internacional e aos nossos parceiros de desenvolvimento por se juntarem a nós neste luto e por demonstrarem um respeito tão profundo pelo nosso herói nacional.

Senhoras e senhores,

Estas reuniões são importantes para o nosso país e constituem frequentemente marcos no nosso desenvolvimento.

A nossa primeira Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento teve lugar em Tóquio, no ano de 1999, pouco após o nosso referendo histórico pela independência. Essa reunião definiu o quadro do nosso relacionamento com os nossos parceiros de desenvolvimento. Serviu, igualmente, como indicação do papel importante que o Japão viria a demonstrar na construção do nosso país.

Devido à crise de 2006 só voltámos a organizar uma Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento em 2008, quando nos juntámos enquanto nação para rejeitar o conflito e abraçar o desenvolvimento.

Na Reunião de Timor-Leste com os Parceiros de Desenvolvimento em 2011 lançámos o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento para 2011-2030, que estabelece o quadro a longo prazo para a concretização dos sonhos da nossa nação.

No ano passado organizámos a nossa Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento de modo a coincidir com a Cimeira dos Países de Língua Portuguesa, pelo que pudemos contar com a presença dos nossos irmãos e irmãs da CPLP. Foi a primeira vez que a Cimeira da CPLP teve lugar na Ásia Pacífico e a primeira vez que Timor-Leste assumiu a presidência desta Comunidade.

Consideramos um sinal de respeito para com a comunidade internacional o facto de as nossas Reuniões com os Parceiros de Desenvolvimento terem representado passos tão importantes no desenvolvimento do nosso país.

Hoje abrimos a Reunião com os Parceiros de Desenvolvimento de 2015 durante um período de transição histórica no nosso país.

Após muitos anos de preparação e planeamento da transição para uma geração mais jovem, Timor-Leste conta atualmente com um Governo que abraçou novos talentos, ao mesmo tempo que manteve os nossos Ministros mais experientes.

Estamos satisfeitos por ver que esta transição se processou de forma tão suave. Tem sido um testemunho da maturidade política do povo timorense e o nosso reconhecimento de que sermos adversários não servia os melhores interesses da nossa nação.

A unidade nacional foi a chave para reconquistarmos a nossa independência e é a chave para o nosso desenvolvimento. Isto significa que as pessoas precisam colocar os interesses da nação acima dos seus interesses pessoais ou políticos.

Deste modo, o novo Governo juntou pessoas de todos os quadrantes políticos com assento parlamentar. Inclui uma geração mais jovem de líderes que esperamos que nos conduza rumo ao futuro.

Embora a transição tenha trazido mudanças, reconhecemos igualmente a necessidade de continuidade e de certeza. Sabemos também que precisamos consolidar o que foi conseguido pelos Governos anteriores. Continuamos a fazer avançar o nosso país sob o quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento. É por esta razão que o nosso Programa de Governo, endossado pelo Parlamento Nacional, continua a procurar o progresso e a conduzir a reforma nas áreas do desenvolvimento social, económico e de infraestruturas, bem como em termos de governação institucional.

Senhoras e senhores,

Timor-Leste percorreu um longo caminho desde a independência. Passámos de um país frágil, assombrado pelos fantasmas de um passado traumático, para uma nação que consolida os alicerces do seu Estado. Construámos uma sociedade democrática com meios de comunicação social livres e um compromisso universal para com a dignidade humana.

Num espírito de paz e reconciliação, e reconhecendo que para avançarmos como sociedade precisamos deixar para trás o conflito e os ressentimentos, assegurámos a estabilidade e demos a nós próprios novas possibilidades para o futuro.

Com alicerces de segurança e paz temos vindo a conseguir fazer crescer a nossa economia e a gerar mais empregos para o nosso povo. Conseguimos também estabelecer um plano a longo prazo para construir as nossas infraestruturas e melhorar os nossos serviços sociais.

Porém, todos os aqui presentes sabem que apesar do nosso progresso, continuamos a enfrentar muitos desafios. Muitos dos nossos cidadãos ainda vivem em condições precárias e carecem de acesso adequado a cuidados de saúde, educação, água potável, infraestruturas básicas e serviços públicos.

O nosso desenvolvimento e o nosso crescimento económico não têm sido equilibrados. A desigualdade está a aumentar e assistimos a uma disparidade entre as condições de vida das pessoas que residem em Díli e das que residem nos municípios.

É igualmente necessário melhorar a prestação de serviços públicos e a qualidade das obras públicas do Governo. Lamentavelmente, parte da nossa função pública deixou de ser sensível às necessidades do nosso povo, perdendo de vista o bem comum.

Estamos a reformar a nossa função pública para que esta seja responsável pela prestação de resultados e serviços a todos os nossos cidadãos.

Na última terça-feira, dia 26 de maio, assinalámos o nosso 100.<sup>o</sup> dia à frente dos destinos do país. Neste curto período, o Governo caracterizou-se pela ação e pelo foco em resultados.

Neste curto período o Governo já deu passos importantes para melhorar os cuidados de saúde primários, tendo lançado o Guia de Cuidados de Saúde Primários. Este Guia constitui um pacote completo de serviços essenciais de saúde comunitária, incluindo visitas ao domicílio e cuidados clínicos com incidência nas famílias.

Formámos mais de 8.000 professores no nosso novo currículo para o Ensino Pré-Escolar e para o 1.º e 2.º anos do Ensino Básico. Isto irá melhorar a qualidade do ensino e conduzir a níveis mais elevados de literacia e numeracia.

Lançámos importantes projetos a nível de infraestruturas comunitárias no país, incluindo o projeto de irrigação em Bulutu, município de Manatuto, que irá beneficiar cerca de 600 agregados familiares e fornecer água a 780 hectares de arrozais.

O Governo estabeleceu ainda o Centro de Logística Nacional como empresa pública e forneceu já mais de 2.000 toneladas de arroz a comunidades espalhadas por Timor-Leste.

Destacámos a necessidade de diversificar a nossa economia a fim de garantir um futuro sustentável e de criar emprego. Comprometemo-nos a apostar nas nossas indústrias turística e agrícola, bem como a construir um setor petrolífero em terra. Como parte disto organizámos a nossa primeira Exposição Internacional do Setor da Construção e Obras, que atraiu mais de 80 empresas que serão vitais para os nossos esforços de construção nacional.

Definimos também a finalização das nossas fronteiras marítimas como prioridade nacional, para que possamos ter soberania plena sobre a nossa área terrestre e marítima. Para tal o novo Governo estabeleceu um Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas, o qual será responsável por coordenar e gerir os esforços de Timor-Leste no sentido de conseguir fronteiras marítimas permanentes.

O Governo reforçou, também, o nosso compromisso para com os Combatentes da Libertação Nacional. Designámos o 3 de março de cada ano como o dia nacional em que honramos a contribuição dos nossos veteranos e que comemoramos a sua luta de resistência. Temos igualmente vindo a ajudar os nossos veteranos a estabelecer uma organização nacional de veteranos, sendo que aqui temos de agradecer a ajuda prestada pela Austrália e pela *Returned and Services League* australiana.

O Governo criou também uma nova parceria com a Sociedade Civil para garantir a prestação de serviços de qualidade ao nosso povo. Estamos a introduzir 'auditorias sociais' que irão permitir aos beneficiários de dinheiros públicos avaliar o desenvolvimento de políticas e projetos, bem como a implementação governamental, segundo os objetivos definidos e utilizando dados adequados. Estamos agora a trabalhar com a Sociedade Civil para desenvolver o processo com vista à realização de auditorias sociais em áreas-chave como a agricultura, educação, saúde e infraestruturas básicas.

Talvez ainda mais importante seja o facto de que, nos seus primeiros 100 dias de trabalho, o Governo estabeleceu um tom e uma referência em termos de boa governação. Isto inclui a necessidade de transparência, liderança ética, responsabilização pelo desempenho, emprego com base no mérito e formulação de políticas com base em dados concretos.

Senhoras e senhores,

Gostaria, igualmente, de referir de forma sucinta três áreas essenciais de reforma política, que serão prioritárias para o Governo: a reforma da administração pública; a harmonização e uniformização de leis; e a reforma fiscal.

Como todos sabemos, Timor-Leste está fortemente dependente das receitas petrolíferas, as quais estão sujeitas a retornos voláteis. A recente queda muito acentuada no preço do petróleo veio colocar desafios à nossa sustentabilidade fiscal. Para dar resposta a estes desafios estamos a iniciar uma reforma fiscal abrangente para alcançar equilíbrio entre as despesas e as receitas do Estado. Esta reforma envolverá as três áreas inter-relacionadas da reforma fiscal, reforma da despesa pública e diversificação económica.

Iremos procurar estabelecer um sistema tributário moderno, justo e simples, de modo a alargar a nossa base tributária e a garantir as receitas necessárias para a prestação de serviços sociais e o apoio a uma economia diversificada.

Com a reforma da despesa pública iremos garantir que os recursos públicos são utilizados da forma mais eficiente e efetiva possível, em prol das necessidades e prioridades nacionais. O objetivo desta reforma é aumentar a qualidade dos serviços públicos e melhorar a produtividade. Para tal, iremos adotar medidas que aumentem os controlos financeiros sobre a despesa pública, eliminem o desperdício e os gastos desnecessários e melhorem a ligação entre planeamento e orçamentação, a fim de melhor canalizar a despesa pública direta para prioridades de desenvolvimento.

Vamos também apoiar a diversificação da nossa economia de modo a criar emprego e a alargar a base tributária. Para isso, estamos a analisar medidas para apoiar empresas do setor privado a operar em áreas fundamentais de desenvolvimento económico, como o turismo e a agricultura, e para atrair e reter investimento direto nacional e estrangeiro.

Juntas, estas três áreas de reforma irão ajudar à sustentabilidade fiscal. Esperamos poder contar com a ajuda dos nossos parceiros de desenvolvimento neste processo de reforma.

O Governo irá igualmente implementar reformas para reforçar o setor da justiça de modo a consolidar a estabilidade, a paz e o estado de direito. Têm sido feitos progressos consideráveis no estabelecimento do sistema de justiça em Timor-Leste, porém subsistem ainda desafios. Estamos empenhados em ter um sistema produtivo e efetivo capaz de garantir justiça processual e conformidade com os direitos e liberdades básicos.

Para conseguirmos isto iremos trabalhar em conjunto com o setor da justiça, para consolidar o quadro jurídico e harmonizar a ordem jurídica, tendo em conta o contexto de

Timor-Leste. Para avançar a reforma, iremos rever o funcionamento do sistema jurídico, o nosso conjunto legislativo, os pontos fortes e os pontos fracos dos nossos recursos humanos e as necessidades do setor em termos de recursos.

A nossa terceira área-chave de reforma política consiste na reforma da função pública, visando a melhoria da produtividade e da boa governação. A boa governação na função pública assegura que os cidadãos confiam no Estado e melhora o desempenho e a prestação de serviços.

Foram já realizadas reformas importantes na função pública, incluindo o estabelecimento da Comissão da Função Pública, da Comissão Anti-Corrupção e do Tribunal de Contas sob a alçada do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas. Todavia é necessária uma nova ronda de reforma para criar uma cultura de responsabilização e uma função pública capaz de dar resposta aos desafios do futuro.

O Governo está a encetar um programa de reforma que incide na melhoria da gestão dos recursos humanos, incluindo gestão de desempenho e promoções com base no mérito, melhoria do conhecimento e da adesão aos valores da função pública, incluindo profissionalismo, capacidade de resposta e imparcialidade, e estabelecimento de quadros para medir a produtividade e a obtenção de resultados.

Demos já os primeiros passos para a reforma da função pública com a revisão do seu quadro jurídico e a nomeação de um novo Presidente e de dois novos Comissários para a Comissão da Função Pública. Trabalhando em conjunto com a Comissão da Função Pública, faremos reformas para melhorar a prestação de serviços, incutir uma cultura de desempenho e de recetividade, e construir uma função pública da qual nos possamos todos orgulhar.

Senhoras e senhores,

O novo Governo tem uma agenda ambiciosa, porém estamos determinados e muito empenhados em conseguir efetuar mudanças. Sabemos também que não podemos ter sucesso trabalhando isolados, pelo que precisamos trabalhar com todas as instituições estatais, com a sociedade civil, com o povo e, como é claro, com os nossos parceiros de desenvolvimento.

Gostaria de agradecer a todos por estarem aqui hoje a trabalhar connosco em prol das nossas prioridades nacionais, as quais visam melhorar as vidas dos nossos cidadãos. Os nossos sucessos, a nível de desenvolvimento nacional, são também os vossos sucessos e estamos gratos pela vossa amizade e apoio.

Agradeço à comunidade internacional pela sua solidariedade nesta altura de luto para o nosso país. No funeral de ontem despedimo-nos de um herói nacional, Fernando La Sama de Araújo. Para lá de ter feito muito pela nossa nação, La Sama marcou pessoalmente muitos de nós. Era gentil e corajoso. Quero agradecer-vos por se terem juntado a nós no nosso luto e pelo respeito que demonstraram por este grande homem.

Inspiremo-nos, então, no espírito de sacrifício e no empenho de La Sama para com o povo timorense, de modo a trabalharmos juntos em prol de um futuro melhor para o nosso país.

Muito obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo  
6 de junho de 2015